

5

Considerações finais

Uma crise rompe, e romperá sempre, a feliz continuidade do processo linear da virtude.
Antonio Negri

Seguindo a linha de investigação proposta para compreender a gênese do conceito de trabalho imaterial, traçamos um percurso histórico a partir da Crise de 1929, do Fordismo e intervencionismo estatal, detendo-nos no Operaísmo italiano, até as atuais transformações do capital e do trabalho.

A composição entre Fordismo e Estado interventor constituiu, como visto, um momento de transformação para o capitalismo, representando a superação do princípio do *laissez-faire* e o reconhecimento do Estado como ator econômico. Neste sentido, a crise de 1929 foi o sinal incontestado da necessidade de reestruturação por parte do capital.

O Fordismo agiu através de instrumentos para governar o processo produtivo e reprodutivo e disciplinar a força de trabalho operária, promovendo um significativo ganho de produtividade. A reestruturação do sistema de produção capitalista implicou na intervenção do Estado na economia para “proteger o presente do futuro”, assegurando a confiança na ordem econômico-política. O Estado passou a partir de então a desempenhar o papel de agente econômico e assegurar o equilíbrio entre poupança e investimento.

Em nossa análise, tomamos alguns aspectos da reflexão de Keynes como ponto de referência para abordar as transformações econômicas e políticas do capitalismo na primeira metade do século XX, combinando-os com as interpretações que receberam de Antonio Negri.

Apresentamos a peculiar leitura que Negri fez da obra de Keynes, ao sustentar, a uma, que a crise de 1929 é resultado das lutas operárias do fim do século XIX que culminaram na Revolução Comunista em 1917, a duas, que através da teoria da demanda efetiva o economista britânico incluiu o movimento de lutas da classe operária no interior do capital como uma dinâmica autônoma.

Concluímos que o *New Deal* norte-americano foi a mais acabada expressão da combinação Fordismo-intervenção estatal, subordinando ao comando do capital e do Estado todos os elementos sociais de produção e reprodução. Como consequência disso, procuramos apresentar que o campo das lutas operárias passou da fábrica à sociedade, deixou o limite da relação salarial e assumiu a dimensão de disputa da classe operária constituída como sujeito político.

A compreensão desta conjugação entre político e econômico no horizonte das lutas de classe, como sublinhamos, foi objeto de investigação pelo Operaísmo. Mantendo-nos na linha de desenvolvimento histórico proposta, apresentamos o Operaísmo, origem das investigações de boa parte dos pensadores que desenvolveram a hipótese do trabalho imaterial.

Contextualizar o movimento operaísta é fundamental para sua compreensão, por esta razão buscamos apresentar de forma panorâmica o cenário das lutas operárias na Itália nas décadas de 1960 e 1970, das primeiras manifestações até a crise do movimento operário após dura repressão estatal.

O Operaísmo como matriz de pensamento que conjugava teoria e prática reuniu diversos jovens intelectuais em torno da reflexão crítica sobre a obra marxiana e dos enfrentamentos dos operários nas fábricas. Procuramos explorar a temática operaísta apresentando quatro de seus temas mais relevantes: a centralidade das lutas operárias, a crítica à distinção entre luta econômica e luta política, a recusa ao trabalho e os conceitos de “operário-massa” e “operário social”. Influências desses temas podem ser encontradas de forma mais ou menos marcante nos diversos aspectos do conceito de trabalho imaterial.

Explorando o conceito central desta pesquisa – o trabalho imaterial – apresentamos de início as mutações do capitalismo, indicando as transformações no modo de produção capitalista e na constituição e organização da empresa, nova unidade produtiva que se sobrepôs à fábrica.

Apontamos que para os teóricos pós-operaístas o que caracteriza as mutações do capitalismo é a “passagem às atividades imateriais”. Detidamente buscamos apresentar de que forma o novo regime de produção se ancora no trabalho imaterial, trabalho este que traz para o centro do processo produtivo a cooperação e a criatividade.

Destacamos a dimensão biopolítica do trabalho imaterial, ao apresentar a questão da incomensurabilidade da “medida do valor”, mais precisamente, procuramos apresentar de que forma, na sociedade contemporânea, o processo de valorização se dá no interior dos processos de subjetivação – produção de formas de vida através de formas de vida.

Extraímos da dimensão biopolítica do trabalho imaterial diversas implicações: a superação da disciplina fabril, o fim da separação entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, a confusão entre tempo de trabalho e tempo da vida, a exploração da cooperação, da criatividade e do comum pelo capital, a recusa e o êxodo como formas de resistência.

Por fim, destacamos a *multidão* como sujeito comum do trabalho, como coletividade que lutam em comum e recusa o domínio do capital. A partir daí nasce a tarefa política de inventar uma linguagem comum de lutas.

Retroagindo na reconstituição histórica desde a Crise de 1929 até a atual configuração do trabalho, buscou-se apresentar a gênese do conceito de trabalho imaterial e oferecê-lo como uma válida e importante chave de compreensão da realidade.

Algumas palavras podem ainda ser acrescentadas. Ao seguir o percurso histórico proposto: da Crise de 1929 às lutas operárias na Itália das décadas de 1960 e 1970, da derrota do movimento operário às mutações do trabalho nas décadas de 1980 e 1990, uma palavra nos deve vir à mente: esta palavra é “crise”. E não é à toa. Trata-se de uma trajetória marcada por rupturas, por crises que conduzem a experiência histórica ao limite.

A noção de “crise” tem para Negri uma particular importância. A crise define um novo campo de luta, representa uma interrupção do desenvolvimento linear dos acontecimentos, a crise é um limite, um limite posto à vontade de potência ilimitada da multidão, dirá ele em *O Poder Constituinte*. Mas nesse terreno do negativo, as contradições e os confrontos podem se tornar abertura positiva, que não nega a crise, mas a torna interior ao conceito¹.

A gênese do conceito de trabalho imaterial é expressão dessa interioridade da crise ao conceito do trabalho impulsionada, no passado, pelas lutas operárias e pela constituição da classe operária como sujeito político, e em nossos dias, pelas

¹ NEGRI, A. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Trad. Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 440.

lutas biopolíticas e pela constituição da multidão como sujeito comum do trabalho.

A crise é para Negri cheia de positividade, é o limite que não mais encarcera, mas libera a ação. A ela, de modo mais profundo, deve-se a hipótese do trabalho imaterial.

A crise do valor e do trabalho nos colocou, portanto, diante de uma alternativa decisiva. Ou a continuidade de um mal-estar mortal, que se prolonga na inércia do mundo, na confusão de toda escolha, na determinação irracional do poder; ou a descontinuidade criativa e seu sistema – o sistema da alternativa, ou seja, um rio que corre e o conjunto dos diques que pouco a pouco se constroem a seu redor: o sistema da potência. A hipótese segundo a qual pretendemos nos mover é a segunda. Aquela que, sobre o pano de fundo da tragédia que nos atinge, ilumina a potência humana de criatividade.²

² NEGRI, Antonio. *Jó: a força do escravo*. Trad. Eliana Aguiar. Rev. Giuseppe Cocco. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 38.